

DISCIPLINAMENTO TERRITORIAL NO AVANÇO DO CAPITAL AGRÍCOLA SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA: um estudo de caso da dendeicultura no município de Igarapé-Açu, Pará.

Thiago Silva dos Santos¹
Alexandre Augusto Lobato²
Wellington de Pinho Alvarez³

Resumo

A condição atual do uso e ocupação do território Igarapé-Açuense é um resultado das proposições de estado e privadas para o nordeste paraense, essas intervenções direcionadas apontam para um papel a ser desenvolvido pelo município e a microrregião bragantina de uma economia voltada para a monocultura do dendê a fim de suprir uma demanda de óleo de palma para o setor energético de biodiesel, essa política provoca uma alteração na base produtiva que até o momento era direcionada para subsistência e abastecimento da capital (Belém). As mudanças fogem do aspecto econômico e produtivo, modifica profundamente o espaço agrário, altera as relações sociais dos sujeitos do campo e conflita sua identidade, enquadrando-os a um disciplinamento a serviço do grande capital agrícola.

Palavras-chave: Dendeicultura, agricultura familiar, Fronteira.

INTRODUÇÃO

A Amazônia, a partir da década de 1970, passa a sofrer intensa ocupação, neste período, o Estado brasileiro implantou diversas ações no território, a qual objetivo principal fora a ordenação de uso, acesso e controle de recursos paisagísticos, manifestando de forma concreta ações para um disciplinamento territorial. No corpo destas ações destaca-se a introdução efetiva e articulada dos sistemas de decisões e das estruturas tributárias da decisão, sendo manifestadas em sistemas de ações e objetos (SANTOS, 2006).

Como consequência primária destas ações tem-se a antropização excessiva dos recursos da paisagem, e sua desestabilidade, pois, milhões de hectares de florestas foram derrubados para criação de pastos, projetos de colonização, reforma agrária, industrial e urbana (ALVES, 2001). Isto de forma contínua promoveu em 2002, uma maior pressão sobre o bioma amazônico (AB'SABER, 2003), 47% do mesmo estava sob pressão humana, tendo em 2004 a segunda maior taxa de desmatamento com 26.130 km² (BARRETO et al., 2005). Reforçando o argumento da exploração

¹ Discente do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal do Pará, Bolsista do Laboratório de Geotecnologia (LABIGEO), thiagogeografiaatm@gmail.com

² Discente do curso de Licenciatura em Geografia, Universidade Federal do Pará, Bolsista do Laboratório de Geotecnologia (LABIGEO), alexandrelobato.ufpa@gmail.com.

³ Docente da Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Pará, Coordenador do Laboratório de Geotecnologia, walvarez@ufpa.br.

paisagística, disciplinamento e controle territorial, constatado pelo rápido avanço do desmatamento, a inserção de capital no meio rural, a desarticulação social e conflitos territoriais por ele gerados.

Na perspectiva da introdução efetiva dos sistemas de decisões e estruturas tributárias aos moldes de SANTOS (2006), os projetos produtivos no rural amazônico foram incentivados, tendo por objetivo a reprodução do capital pelo aproveitamento dos recursos da paisagem, supra escrito nas particularidades das formas de controle, ocupação, uso dos recursos, que apoiados nas características locais projetam ações e implementam atividades econômicas. Nesta perspectiva, eventos espaciais orientados (SANTOS, 2006) como a inclusão intensiva da dendeicultura no Estado do Pará, através de políticas nacionais apoiadas na visão de fronteira (BECKER, 2005), bem como no Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB) e Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil (Programa Palma de óleo).

Mantendo a ordem de uso e exploração de recursos da paisagem, servindo a lógica marcada no contínuo processo integrador pelo laço político e econômico, a materialização das ações em prol da dendeicultura na Amazônia, especialmente no Estado do Pará promoveu a cristalização do arco do dendê, espacializado do baixo Tocantins ao nordeste paraense. Nesta perspectiva a cultura do dendê emplaca o discurso da reforma agrária e principalmente o desenvolvimentista regional, passando então a receber atenção e principalmente recursos. Buscou-se substituir o antigo modelo de fronteira por um espelho de desenvolvimento sustentável, mas efetivamente avançou sobre a produção familiar, com forte presença do capital privado e público financiado.

Outro sim, o PNPB tem como finalidade oficial a coexistência de uma produção capitalista atrelada à produção camponesa, se caracteriza pela monopolização do território pelo capital, quando se extrai a renda da terra sem a necessidade de expropriar os pequenos produtores (GOMES apud. OLIVEIRA, 2004, p. 2), isso efetivamente se manifestou em um processo de territorialização, para influenciar, controle de recursos e pessoas (SACK, 2016), na tentativa de suprimir pela pressão da lei, do capital e dos usos estratégicos de sobrevivência das comunidades locais.

Neste sentido, a realidade discorda da intenção oficial, já que intrinsecamente a prática do agronegócio não se dá na tentativa da parceria com o camponês, o que caracterizaria o conceito supracitado de monopolização do território pelo capital. E situa-se na tentativa da territorialização do capital, aquela em que, com a expansão do modo capitalista de produção, provoca a expulsão e expropriação dos camponeses (GOMES apud. OLIVEIRA, 2004, p. 2).

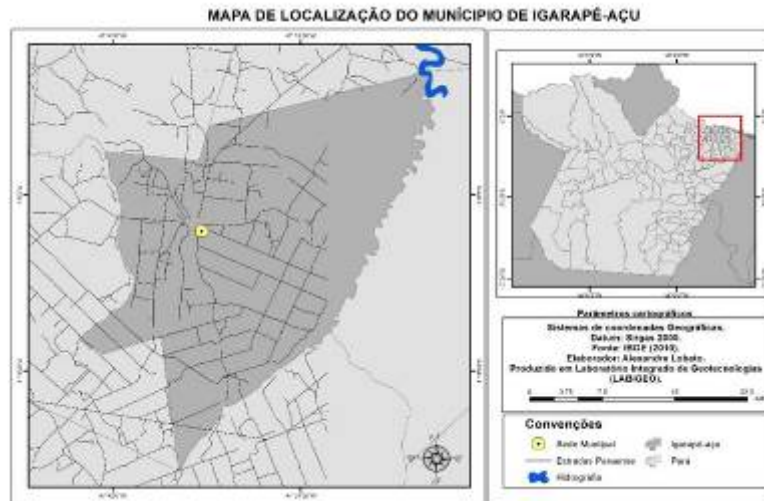
A implantação do projeto de desenvolvimento nas regiões não se deu de forma homogênea, no município de Igarapé-Açu a monocultura do dendê juntamente com a pecuária tem grande peso na base econômica local, entretanto, a principal atividade econômica do município é a agricultura

familiar⁴, constituída predominantemente pela pequena propriedade com cultivos de pequeno ciclo, tais como arroz, feijão, milho, mandioca e pecuária, e posteriormente culturas permanentes de pequeno porte. Mas, essa configuração vem sofrendo metamorfoses e, um novo agente emerge dentro dessa dinâmica econômica. A cultura do dendê não tem constituído um vínculo com essa produção baseada na agricultura familiar submetendo-a em muitos casos, a venda, arrendamento e até abandono das terras.

Partindo desta condição, este trabalho pretende apresentar algumas contradições da expansão da fronteira agrícola no Estado do Pará, fazendo um recorte ao município de Igarapé-Açu, analisando o avanço da cultura do dendê sobre as práticas tradicionais exercidas pelos camponeses e agricultores locais, pontuando o papel transformador do capital agrícola encabeçado pelo dendê, evidenciando sua interferência e determinações de novas territorialidades no rural do município.

Materiais e Métodos

O município de Igarapé-Açu está localizado entre as coordenadas 47°25'00" W a 47°40'00" W e 1°25'00" S a 0°55'00" S compreendendo uma área de aproximadamente 769 km², sua sede está a 100 km da capital do Estado do Pará, Belém, estando inserida no Nordeste Paraense e na porção ocidental da microrregião Bragantina.



Mapa 01: Mapa de localização do município de Igarapé-Açu.
 Fonte: Lobato (2017).

Para desenvolver esse trabalho consideramos as experiências e vivências do autor com o município e objeto estudado, também seu pertencimento a condição de sujeito do campo, para além,

⁴ A agricultura familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família, ou seja, os empreendimentos familiares têm duas características principais: administração e trabalho familiar (Soares et al., 2009).

esse trabalho embrionário referenciou-se em revisões bibliográfica de artigos, jornais, revistas eletrônicas, livros, bancos de dados online de órgãos públicos e outros caminhos na linha da pesquisa. O referencial balizado considerou em suma os estudos do Dr. João Santos Nahum⁵, grande teórico da problemática da dendeicultura no nordeste paraense.

A construção dos resultados quantitativos referenciou-se no banco de dados da EMBRAPA/Agropensa⁶, de domínio público, consideramos para análise do avanço da produção e área da dendeicultura dados da produção municipal de Igarapé-Açu-PA de 1990 a 2015, a disposição dos dados referencia-se nas várias culturas anuais (ciclo curto) pertencentes ao município estudado, como: arroz, feijão, mandioca, milho, melancia e outras. As de perfil permanente de (ciclo médio e longo) como: mamão, pimenta-do-reino, maracujá e dendê.

A seleção de dados para análise comparativa considerou as culturas que se compreende em uma relação histórica com os agricultores e enquadrado na condição de alimento indispensável para subsistência familiar e comunitária, também para o abastecimento da capital (Belém) e seus subcentros, adotamos as culturas do feijão, milho, mandioca e dendê para estudo. Dispomos da construção de gráficos em escalas temporais para uma melhor percepção dos resultados das culturas, depois conflitamos os dados para fins comparativos do avanço de uma cultura frente às outras.

Substituição da base produtiva: ascensão da dendeicultura

A história produtiva da microrregião bragantina é baseada historicamente na agricultura familiar, isto, desde o processo de disputa das oligarquias pelo norte político e financeiro desta parte da Amazônia. A agricultura local era apontada como contraposição ao que se desenhava para a região no período no ciclo da borracha, notadamente final do século XIX e início do século XX, em que tinha destaque a economia extrativista e importadora de produtos de primeira necessidade, isto porque, "a Amazônia passa a ser palco não apenas de disputa entre camponeses e capitalistas, mas sim um território de confronto entre capitalistas, isso por perceberem o momento natureza/mercadoria, onde a terra tem especificidades frente às demais mercadorias" (HERRERA, 2016, p.141).

⁵ Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA.

⁶ O Agropensa é o Sistema de Inteligência Estratégica da Embrapa dedicado a produzir e difundir conhecimentos e informações em apoio à formulação de estratégia de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) para a própria Empresa e instituições parceiras.

Sobre isso, "A mudança definitiva na configuração das redes técnicas e institucionais vai se processar no território paraense a partir da mobilização da mobilização de agentes públicos e econômicos sob o princípio da integração nacional" (MIRANDA NETO, 2008, p. 15). Partindo dessa condição, fora pensado uma saída para confrontar a crescente economia baseada no extrativismo da borracha, principalmente após o declínio das exportações, as oligarcas do setor agropecuário incentivaram a ocupação e desenvolvimento de atividades econômicas na Amazônia. Destarte na microrregião de Bragança no nordeste paraense desenvolveu-se ações para desenvolver uma frente de produção baseada na agricultura familiar, sendo freada posteriormente, o resultado dessa ação ainda perdura na microrregião, "essa experiência veio a fragmentar-se, até ao abandono da política agrária e agrícola voltada para o produtor familiar cuja experiência na microrregião bragantina é pioneira" (GONÇALVES, 2012, p. 90).

Nesta perspectiva, a microrregião bragantina, especificamente o município de Igarapé-Açu introduziu às culturas anuais⁷, culturas permanentes e a pecuária como base econômica por um longo período. "A compactação da base produtiva do município volta-se para atividade agropecuária, com destaque à produção de maracujá, pimenta-do-reino, dendê, pecuária de corte e culturas anuais, como, por exemplo: mandioca, feijão e hortaliças" (ATAÍDE, 2005, p. 32).

Essa configuração de produção vem se alterando com mais ênfase nos últimos 25 anos, isto porque, uma das culturas mais importantes para o município de Igarapé-Açu, o cultivo da mandioca, vem sofrendo uma significativa diminuição em sua área de produção e produtividade, o que altera a sua cadeia produtiva. Com efeito, a mandioca para além de um produto comercial é um elemento cultural e presente na identidade dos camponeses e agricultores, seu cultivo é rústico, com plantio facilitado, além disso, auxilia na base alimentar das famílias, além de ser um elemento de troca, sendo uma cultura tradicional da microrregião.

Não obstante, a diminuição da área colhida no referido município descreve a diminuição e perda de importância desta cultura ao longo dos anos, a saber, a diminuição da colheita de mandioca aponta a desfiguração da cadeia de derivados da mandioca, transporte e venda qual afeta grandiosamente o quadro de acesso a trabalho e renda dentro de atividades agrícolas desenvolvidas por comunidades e famílias. Para visualização da evolução da área colhida de mandioca em Igarapé-Açu, destaca-se o gráfico 01.

Gráfico 01: área colhida de mandioca de 1990 a 2015, em Igarapé-Açu.

⁷ Compreende um ciclo produtivo em um ano ou até menos tempo, são denominadas também de culturas de ciclo curto, exemplos: milho, soja, arroz, mandioca, feijão e outros.

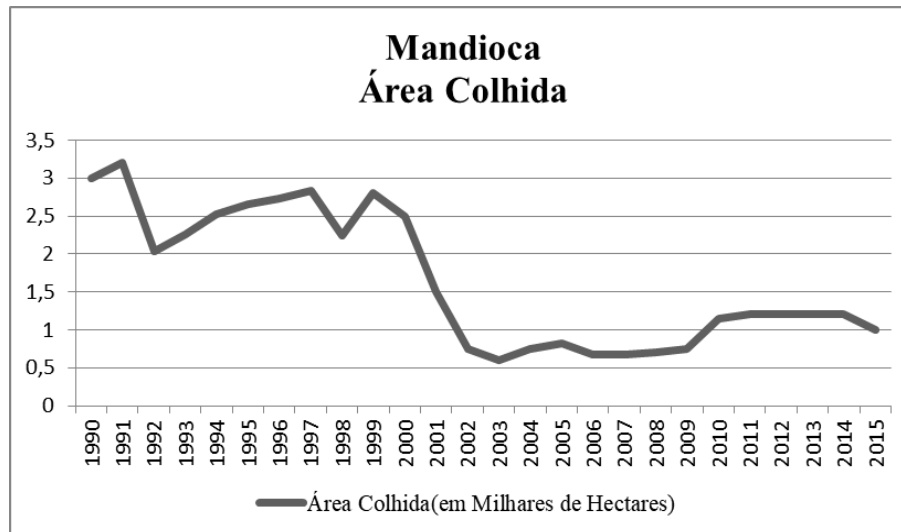


Gráfico 01: área colhida de mandioca de 1990 a 2015, em Igarapé-Açu
Fonte: EMBRAPA/Agropensa, modificado pelo autor.

O gráfico 01 apresenta uma produção significativa de Mandioca nos anos de 1990 a 1999, atingindo uma máxima de 3.200 hectares de área colhida no ano de 1991. Após esses altos índices a cultura decaiu significativamente ano após ano, iniciando em 2000 onde apresenta um quantitativo de 2.500 hectares de área colhida, declinado sequenciadamente até 2003 com aproximadamente 600 hectares colhidas, uma queda aproximadamente de 2.000 hectares. A partir deste ano verificam-se sucessivas elevações, porém como valores baixos não retomando aos padrões de 1990. A queda das áreas de colheita denota profunda alteração na cadeia produtiva e nas relações sociais, isto por que:

A produção de farinha de mandioca é uma atividade de grande importância, não somente pelo aspecto econômico, mas também pelo lado social, visto que ela aumenta as relações sociais entre os membros das famílias (esposa, marido e filhos e parentes próximos) e entre as famílias locais (Rosa, 2002 Apud Vieira, 2017, p. 4).

A produção de farinha é essencial a atividades econômicas que utilizam extensa mão de obra, pois ratifica a necessidade de manter ação estratégica de permanência e fixação no campo do núcleo familiar no ciclo de atividades econômicas, representando ganhos à família e os comunitários.

Outro produto importante da agricultura familiar que adentra o conjunto das culturas ameaçadas é o feijão, como sendo uma cultura temporária apresenta historicamente irregularidade em seu cultivo, pois, normalmente a produção serve primeiramente como fonte de alimento para as famílias e como elemento de troca entre a comunidade. O feijão é um forte produto comercializado nas feiras da capital, seu cultivo tem valores de subsistência e comercial, sendo um produto importante aos camponeses. Sobre a cultura do feijão destaca-se o gráfico 02.

Gráfico 02: área colhida de feijão de 1990 a 2015, em Igarapé-Açu.

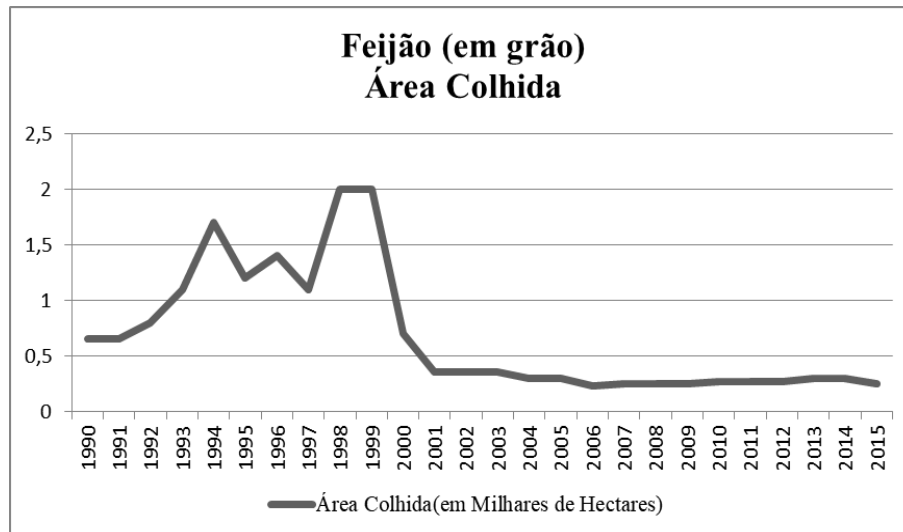


Gráfico 02: área colhida de feijão de 1990 a 2015, em Igarapé-Açu.

Fonte: EMBRAPA/Agropensa, modificado pelo autor.

O gráfico 02 apresenta a cultura do feijão, neste é visível no ano de 1990 uma área de aproximadamente 650 hectares de área colhida, ascendendo e regredindo de até 1999, sendo os anos de 1998 e 1999 os anos com maior área colhida 2.000 hectares. Após esse momento de ascendência da cultura, esta passa por uma queda significativa na área colhida em mais de 1.500 hectares entre 1999 e 2000. O quadro de declínio perde energia a partir de 2001 mantendo-se estável até 2015, onde a área colhida não ultrapassa 500 hectares.

Assim como as demais culturas, o milho tem importância comercial e econômica, sendo também essencial a subsistência, porém o maior destino do milho é o abastecimento da capital do Estado e seus subcentros, abastecem as feiras de produtores, mercados e CEASA-PA⁸. Parte da produção serve de base para alimentar criações de animais e aves que servem a famílias e ao comércio, sendo importante seu cultivo para fins de obtenção de recursos ou alimentação propriamente dita. Sobre a cultura do milho destaca-se o gráfico 03.

Gráfico 03: área colhida de milho de 1990 a 2015, em Igarapé-Açu.

⁸ Centrais de Abastecimento do Estado do Pará.

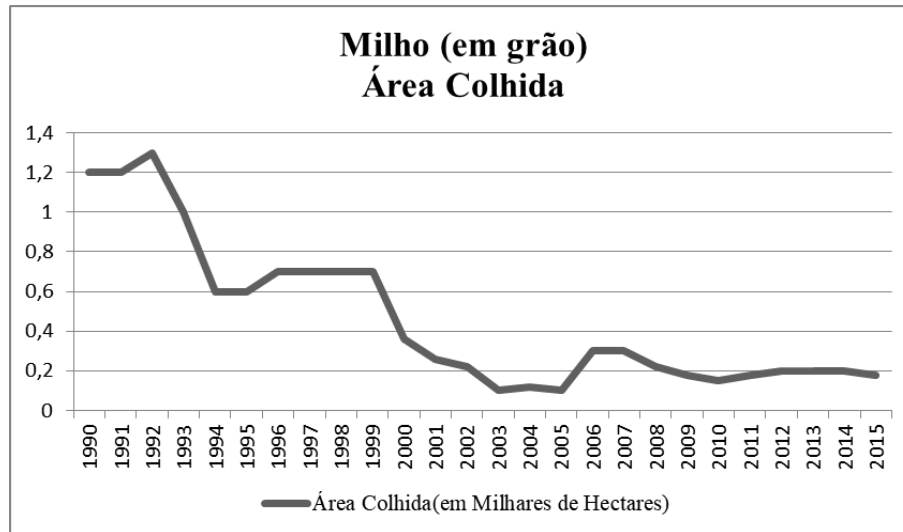


Gráfico 03: área colhida de milho de 1990 a 2015, em Igarapé-Açu.
 Fonte: EMBRAPA/Agropensa, modificado pelo autor.

A área colhida pertencente ao milho vem decrescendo significativamente nos últimos 25 anos, sua maior produção dar-se no ano de 1992, sendo uma área total de 1.300 hectares de área colhida. Logo em seguida diminui bruscamente até 1994, mantendo-se estável até 1995, crescendo e estabilizando até 1999. Em 2000 verifica-se novo decréscimo, seguindo até 100 hectares, crescendo em 2005 até 2007, decrescendo e estabilizando definitivamente até a final da coleta de dados.

Assim como nas culturas anteriores a uma grande diminuição nas áreas ocupadas, apesar de serem essas de ciclos anuais, apresentam oscilações relacionadas a fatores de mercado, climáticos, insumos e a falta de incentivos públicos. Isto aponta um quadro impactante de um processo de substituição ou agregação a outras de caráter permanentes (ciclos longos).

Nitidamente as culturais tradicionais de base da agricultura familiar e camponesa estão sendo pressionada pela incorporação de capitais disponíveis, agora inseridos na agricultura de larga escala, esta substituí ou agrega culturas, ou mesmo extinguem como ocorrido com o arroz em Igarapé-Açu, suas ultimas áreas produzidas fora registrada de 1992 a 2002, segundo dados da EMBRAPA/Agropensa.

A fragmentação dessas culturas pode indicar a fragilização das famílias, a cronologia do decréscimo das culturas em destaque, manifesta um quadro processual de substituição das práticas tradicionais de cultivar a terra, por novas baseadas em incorporação de grandes áreas pelo capital no agronegócio, que promove uma nova frente emergente de produção baseada em culturas permanentes, onde a dendeicultura avança de forma vertiginosa. Está foi introduzida com discurso de reestruturar a cadeia produtiva das comunidades, município e região, este discurso de inclusão

nas fases primária e comercial do produto fora considerado modelo de integralidade entre as culturas tradicionais e permanentes, porém a prática mostrou-se contrária e predatória.

Vale notar que o ano de declínio das culturas aqui em destaque 2000, sendo, pois, período em que as áreas de colheitas apresentaram declínio permanente, significando marco de reversão de uso destas áreas por outra cultura.

Uma frente produtiva excludente e desigual

A introdução da dendeicultura no município de Igarapé-Açu ocorre da mesma forma como nos outros demais municípios do nordeste paraense incorporado terras e aglutinado trabalhadores do campo. Fortalecido pela política do Estado, que viabiliza a introdução de novo agente de produção para fins energéticos, qual se integra a lógica de integração da Amazônia ao capital internacional. Essa cultura encontrou condições edafoclimáticas adequadas e principalmente condição política e social ideais, tornando o nordeste paraense espaço propício à dinâmica do grande capital.

No município de Igarapé-Açu a dendeicultura iniciou nos anos de 1980, a partir de imigrantes japoneses que migraram do município de Tomé-Açu (área de colonização japonesa do início do século XX). Esses imigrantes montaram uma associação de produtores de dendê que resultou na criação da agroindústria de processamento de óleo de palma – PALMASA. Em Igarapé-Açu, a área plantada com a cultura do dendê corresponde a 7 mil hectares (9% de toda a superfície do município) (SILVA; ALVES, 2017, p. 29).

O acelerado ritmo da expansão da dendeicultura e da incorporação de agricultura familiar na atividade provoca modificação na estrutura produtiva do nordeste paraense, entre os anos de 2008 e 2010. “As áreas de cultivo do dendê cresceram de maneira surpreendente, somado a esse processo aconteceram compras de terras da agricultura familiar, áreas da pecuária já degradada, sendo convertidas em plantação de dendê” (CARVALHO, A; NASCIMENTO, E, NAHUM, A, 2014). A incorporação das terras da agricultura familiar por parte das grandes empresas provocou modificação nas estratégias de sobrevivência destes, após sua venda, passaram a serem funcionários de agenciadores de trabalho – ou trabalhadores das próprias empresas no plantio de novos dendêzais agroindustriais.

O Estado do Pará é o maior produtor do Brasil, incorpora 37 municípios na atividade, somando as áreas do setor empresarial fixado nas propriedades ocupadas da agricultura familiar somam cerca de 20.000 hectares, ao qual pertence a Igarapé-Açu cerca de 3.000 hectares com perspectiva de avançar 8.000 hectares até 2020. (REPÓRTER BRASIL, 2014, p. 5). A cultura do dendê tem crescido para além das áreas supra escritas, nos últimos 25 anos vem ocupando espaços significativos do município de Igarapé-Açu, impondo-se como a maior monocultura do município, superando culturas permanentes como: maracujá, mamão e pimenta-do-

reino. O crescimento da monocultura é representado no gráfico abaixo.

Gráfico 04: área colhida de dendê de 1990 a 2015, em Igarapé-Açu.

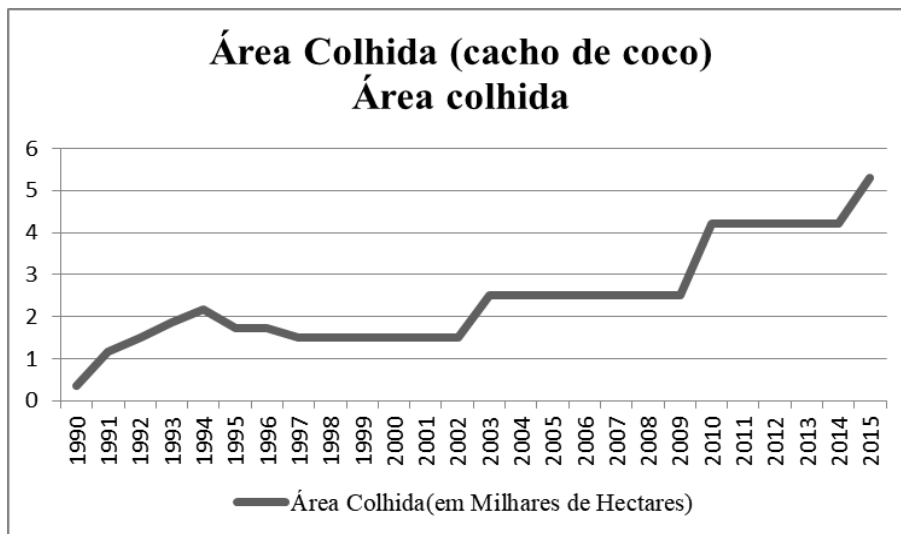


Gráfico 04: área colhida de dendê de 1990 a 2015, em Igarapé-Açu.
 Fonte: EMBRAPA/Agropensa, modificado pelo autor.

O gráfico 04 clarifica a intensidade do crescimento do dendê sobre o território, sua área de colheita sobe desde o ano de 1990, onde apresenta uma ocupação aproximada de 350 hectares de área colhida, após esse ano novas áreas são incorporadas atingindo 2.200 hectares em 1994, seguidamente decai e estabiliza mantendo uma linearidade até 2002 de 1.500 hectares. Depois de 7 anos de estabilidade na colhida da cultura ela passa a crescer, apresenta um quadro de ascendência e linearidade constante chegando em 2015 com plantio equivalente de 5.300 hectares.

Os fatores apresentados se colocam para além de um resultado quantitativo, aponta um fenômeno crescente e alarmante da expansão da monocultura, as linhas de ascendência e estabilidade tendem a mostrar que novos plantios nesses intervalos então sendo feitos elevando assim, em uma escala de tempo um quadro positivo ao grande capital de áreas cultiváveis. O que levar a pressupor que a dendeicultura esta ampliando sua área de produção para áreas de outras culturas, atividades pastoris ou mesmo da agricultura familiar e camponesa.

Nessa linearidade apresenta a concretude das expectativas do crescimento apontado pelo Reporte Brasil (2014), onde perspectiva-se uma ocupação até 2020 de uma área equivalente a 8.000 hectares, passo que determina um avanço ainda maior sobre demais culturas e áreas de agricultura familiar e camponesa as levando a supressão. A interferência da dendeicultura trás consigo alterações profundas nas relações socioculturais e econômicas dos povos do nordeste paraense, pois implica em transformações no trabalho e nas estratégias das comunidades envolvidas pela monocultura.

Ao analisar a motivação primeira da “necessidade” de introdução da dendeicultura no Estado do Pará, o governo defendia que seria para sessar a demanda energética do país, tendo em vista que o mercado do óleo de palma estava propício ao cultivo do dendê. Porém a motivação chave do projeto defendia que o dendê modificaria a estrutura econômica da região, incorporando a tradicional produção camponesa, eliminaria o êxodo rural e desenvolveria economicamente a agricultura familiar.

Como parte inerente das frentes de produção capitalista o dendê instala-se de forma impositiva, desigual e excludente, a política discursada de uma introdução firmada em uma relação harmônica e positiva com os agricultores não aconteceu na sua materialização, à empresa responsável pela monocultura no município de Igarapé-Açu agiu de forma territorial, pois:

A PALMASA não realiza integração com os agricultores familiares, a produção de dendê é oriunda de áreas próprias e dos sócios japoneses. Sobre a integração de agricultores familiares à empresa de dendê, a EMATER local elaborou projetos para 22 famílias, mas não conseguiram financiamento junto aos bancos (Banco do Brasil e BASA). Para os técnicos da EMATER, isso aconteceu porque a PALMASA não apoiou os projetos de financiamento, por não ter interesse na integração com agricultores familiares e, portanto, não assumiu o compromisso de garantia de compra da produção, inviabilizando os projetos (SILVA; ALVES, 2017, p. 29).

A política do dendê não fortaleceu a agricultura familiar, pelo contrario, na sua integração as atividades econômicas e produtivas contribuíram para fragmentação das comunidades e núcleos familiares organizados em torno da agricultura. Neste sentido, o capital vinculado ao dendê contribui para desorganização social das comunidades, favorecendo a contratação de indivíduos, contribuindo, pois, para fragilização da parcial agricultura familiar.

A implantação da dendeicultura ocorre inicialmente pela demanda de uma nova fonte de energia, ela instala-se no município de Igarapé-Açu como na microrregião de Tomé-Açu, e paulatinamente se firma como um forte elemento de mudanças e reconfigurações nesse espaço agrário, pois, reorganiza o espaço local, desenha uma nova configuração territorial e reinventa a dinâmica social dos sujeitos.

O gráfico 05 apresenta essa correlação entre as produções culturais baseadas na agricultura familiar, camponesa e a monocultura do dendê, neste verifica-se o crescimento da cultura nos últimos anos. Os resultados apontam a concentração das áreas produtivas ao dendê, e compassadamente a manifestação da diminuição de culturas tradicionais, deste modo a cultura apresenta-se como hegemônica, territorializando práticas e disciplinando o território, qual controla pessoas e recursos, modificando consigo conjunto de práticas sociocultural dos sujeitos do campo.

Gráfico 05: área colhida de Dendê, Feijão, Mandioca e Milho de 1990 a 2015, em Igarapé-Açu.

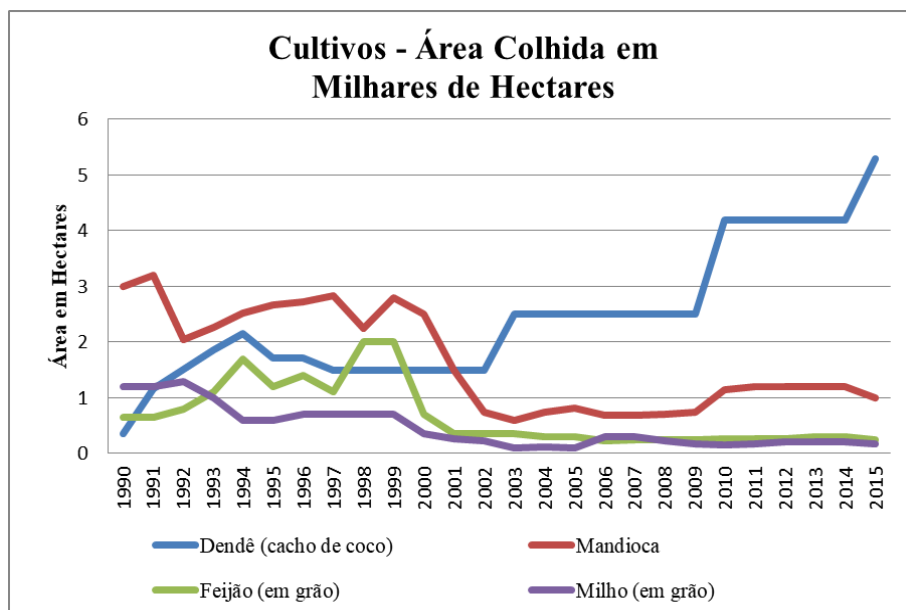


Gráfico 05: área colhida de Dendê, Feijão, Mandioca e Milho de 1990 a 2015, em Igarapé-Açu.
 Fonte: EMBRAPA/Agropensa, modificado pelo autor.

O gráfico 05, apresenta como resultado o avanço de áreas colhidas da dendeicultura pela PALMASA⁹, na contra mão dessa crescente verificamos uma diminuição aguda das culturas temporárias. O ponto importante a ser observado nesse quadro comparativo é compreendido nos intervalos dos anos de 1999 a 2001, o encontro das linhas mostra as culturas temporárias decaindo consideravelmente em 3 anos, enquanto a dendeicultura apresenta regularidade, dobrando nos anos seguintes. A sincronia do crescimento do dendê no mesmo momento da queda das demais culturas conduz a uma racionalidade da pressão da cultura como commodity internacional ocupando áreas de cultura não intensamente capitalizadas ou potencializadora de reprodução do capital no agronegócio.

Essa monocultura avança nas margens das rodovias PA-127, PA-320 e no Ramal do Prata, são as primeiras malhas viárias abertas de acesso e escoação da produção do município e onde se concentra historicamente os povoamentos. Esse avanço sobre uma fronteira estabelecida pelos camponeses e agricultores provoca uma nova configuração do território impulsionado pelo dendê, influenciando na dinâmica dos produtores locais pela pressão no território, outrossim, essas imensas áreas de cultivo pressiona as famílias a saírem das terras, resultando na grande concentração nas agrovilas e ou na periferia do município.

⁹ Agroindústria Palmasa S/A, empresa brasileira especializada na extração e refino de óleo de palma, palmiste e derivados, localiza-se nas margens da PA-320, no município de Igarapé-Açu – PA.

As condições para o êxodo rural e o estado de camponeses sem terras é provocada por diversos fatores, inicialmente pela ineficiência do Estado em implantar políticas públicas que promovam o fortalecimento da agricultura familiar e produção camponesa, que tem sido historicamente a base econômica do município. Outro sim incentiva a implantação dos grandes projetos de dendê, para reprodução do capital articulado as condições de produção de mãe de obra, bem como sua reprodução, de modo que, a forte influência do capital na perspectiva territorial provocou processo de redirecionamento da produção, permitindo que as terras que antes eram destinadas a culturas locais, pastagem de pequeno porte, culturas anuais de exportação e outra fossem suprimidas pelo dendê. O resultado mais latente desta expansão espacial e principalmente a caracterização da prática territorial na conversão paulatina do agricultor familiar em empregado de empresa rural, o êxodo para agrovilas e sede do município, ampliados os problemas urbanos e conflitos.

Disciplinamento territorial, o novo campo em Igarapé- Açú

O enraizamento do grande capital agrícola na Amazônia provoca em serie o monopólio da terra através da expropriação dos agricultores que usam historicamente esta na perspectiva da subsistência e comercialização. A concretude desse monopólio se da pelo discurso da necessidade a produção de energia e alimento para demanda nacional e internacional. Nesse pensamento a Amazônia assume a vocação de fronteira agrícola, produtora de alimento e energia, nesse discurso o capital financeiro espacializa-se nas culturas permanentes do dendê (NAHUM, 2014, p. 2 - 3).

As políticas de Estados direcionadas para a Amazônia, especialmente ao nordeste paraense apontam para a implantação da cultura permanente do dendê como motor produtivo e catalisador do desenvolvimento regional. O arco que se constrói dessa cultura no nordeste paraense fortalece-se pela demanda apresentada no mercado mundial, esse desenvolvimento vem recoberto do discurso que atrela a necessidade da produção de energia e inclusão de trabalhadores locais na produção. Na análise real os resultados divergem do discurso, apontando que o produto derivado do dendê supre outra demanda que não a propositada para a matriz energética do país, pois:

Sob o discurso de dendê para o biodiesel cresceu a área plantada, a produção de óleo, o número de empresas no setor, projetos de agricultura familiar e municípios que integram esta cadeia produtiva. Mas, de acordo com os dados de 2008 a 2015 do boletim mensal da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), nos 83 boletins examinados, o percentual de dendê na composição do biodiesel nunca ultrapassou 1% do total dos 5% de combustíveis não fósseis (NAHUM, 2015. p. 2).

Na concretude o dendê não apresenta os resultados reais pautados em sua demanda, seu produto não estabelece o vínculo real com a necessidade apresentada como produto destinado ao

mercado energético, não agrega significância para a “matriz energética” do país colocado pelo capital agrícola privado e pelos consolidadores do projeto, o Estado. Os resultados materiais no real mostram a contra via dessa política agrícola de imposição no nordeste paraense, sua introdução direcionada afetou o camponês e agricultor e suas práticas tradicionais de subsistência e comercialização, alterando a ordem espacial de Igarapé-Açu, promovendo a concretização paulatina de um campo sem camponês, um camponês sem identidade.

Para compreendermos as influencia do capital agrícola precisamos entender a problemática territorial, nesta linha enraíza-se a ideia da produção de uma territorialidade por parte do capital agronegócio, sua consolidação no município de Igarapé-Açu promoveu conflitos. Isto porque o capital do agronegócio inserido no espaço municipal determinou modificações nas condições de existência e sobrevivência dos sujeitos próximos do empreendimento. As modificações materializam-se na possibilidade de incluírem-se na produção do dendê em parceira com a empresa ou sendo empregado do empreendimento, isto, sem duvida resignifica as estratégias de sobrevivência.

Neste contexto está posto no espaço agrário dois projetos de desenvolvimento, um materializado historicamente pelos camponeses e agricultores, que respeita as relações socialmente construídas com a terra e sujeitos e outro externo, enclave do capital, em processo de consolidação, que desconsidera totalmente os valores anteriores construídos pelos sujeitos do campo, tendo a frente o dendê como escudo. A necessidade de aborda esse política agrícola no município dar-se na transformação provocada pela introdução da cultura, ela ameaça altera profundamente os valores culturais dos camponeses¹⁰. Desta forma, “o território possui significado biológico, econômico, social e político, mas na sua expressão mais humana identificou-se como o lugar de mediação entre os homens e sua cultura” (SANTOS, 2012, P. 33).

Para os sujeitos do campo o território é um espaço de identificação ou de pertencimento, território não é só abrigo ou recurso, tão pouco prisão (RAFESTIN, 1993), território é sobrevivência, estratégia, reprodução, uso e vivencia propriamente território usado (SANTOS, 2001). Esses valores são intrínsecos e despertados na vivência cotidiana e nas suas práticas tradicionais. Em contraposição a esses valores, o capital compreende o território como espaço político e com valor de capital, onde se aplica como necessidade o poder guiado pelo Estado, de

¹⁰ O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso a terra como posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (Marques 2008, p. 60)

modo a disciplinar e controlar as pessoas (SACK, 1986), para utilização de seus recursos e suas possibilidades. O resultado desse conflito de ações destoantes materializa os usos do solo, a produção e seu fim, o território disciplinado emerge pela força do poder econômico e político. O fator que consolida a resistência ao novo é a construção firmada na territorialidade dos camponeses, o fortalecimento de uma identidade pautada em relações políticas, sociais e culturais entre os indivíduos, esses fatores colaboram para resistência de início internalizada, que nega essa nova mudança.

A formação de um território da às pessoas que nele abitam a consciência de sua participação provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas (...). Admitimos que a expressão territorialidade pode ser encarada tanto como o que se encontra no território e está sujeita á gestão do mesmo, como, ao mesmo tempo, ao processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território, te integrar ao território(ANDRADE, 1994, p. 214).

Então, o território tem significância e valores diferentes para o capital e sujeitos do campo. Na lógica do primeiro a terra serve na perspectiva da lucratividade, onde se pode reproduzir capital por meio do agronegócio. Neste a terra é utilizada até onde se encontra rentabilidade e valor, quando não mais apresenta é abandonada ou destaca-se outro uso. Quanto ao segundo o território tem valor de uso que vão além dos interesses do capital e sua reprodução, serve para a reprodução de um modo de vida, representa valores antropológicos e sociais, de modo que terra não é propriamente para rentabilidade e produtividade (NAHUM, 2014).

Portanto, apontamos que a dendeicultura enquanto frente de reprodução do capital agrícola apresenta uma serie de práticas diferente da existente no município de Igarapé-Açu, quando ambos modelos de produção entram em colisão, certamente o modo de produção familiar sofrerá forte impacto frente a monocultura, pois, sem incentivo ao seu modo de produzir os agricultores se posicionam a uma condição defensiva frente ao grande capital. Este é fortemente articulado e encouraçado pelo Estado, que dar-lhe todas as condições para implantar-se, apropriar-se e produzir, deixando somente como resultado um desenvolvimento seletivo, desigual, concentrado. Cabendo à agricultura o disciplinamento, regendo suas vivencias as normas do capital privado e Estado.

Considerações finais

O estudo aqui feito sobre a dendeicultura no município de Igarapé-Açu é embrionário, ainda a diversos elementos a serem estudados sobre essa frente produtiva imposta para ao nordeste paraense, os resultados que nos cabe apontar nesse momento é a quem vem servindo a potencialidades deste território, quem são os sujeitos impactados nessa nova logica desenhada para

o município e as alterações na base produtiva dos sujeitos desse campo. A tarefa do dendê inicialmente se pautava em uma articulação vinculada as praticas produtivas existente, mas não se concretizaram no real, a monocultura constrói uma nova ordenação territorial no município, desconsiderando os sujeitos nesse já pertencente e suas práticas culturas de trabalhar a terra e suas relações sociais estabelecidas.

Se faz necessário apontar algumas criticas ao projeto de desenvolvimento pensado para o nordeste paraense, o fortalecimento somente da monocultura do dendê como frente produtiva não resolve os problemas históricos dessa região. Não atribuiremos a culpa das profundas contradições desse território somente a essa cultura, a ordenação e disciplinamento desse território vem de uma construção histórica pautada na ausência de politicas públicas voltada para agricultura familiar, não há projetos concretizados de fortalecimentos dos produtores rurais e camponeses, mas o papel que cabe ao dendê nesse contexto é o de fortalecimento, intensificação e consolidação ainda mais dessas problemáticas.

Portanto, é necessário repensar esse modelo de desenvolvimento pautado para Igarapé-Açu, o caminho seria o fortalecimento da agricultura familiar e produção camponesa, dessa forma, preservando as relações estabelecidas nesse espaço, assim, perdurando a lógica natural de um campo com camponês, a perduração de uma identidade com a terra, pois assim, essa região cumprirá com ainda mais força uma importante tarefa que já a faz, o nobre papel de produtora de alimento para subsistência dos povos dessa parte da Amazônia, e para a consolidação desde papel necessita-se da presença do estado na balança, ao lado que tenda para o povo e não somente para o grande capital agrícola.

Referências

AB'SABER, A. Domínios de natureza no Brasil: potenciais paisagísticos. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALVES, Diógenes Salas. O processo de desflorestamento na Amazônia. Parcerias estratégicas, Brasília, v. 12, p. 259-275, 2001. Disponível em <<http://ftp.mct.gov.br/CEE/revista/Parcerias12/14Diogenes.pdf>>. Acesso em 26/08/ 2017.

ATAÍDE, T. Agricultores familiares no município de Igarapé-Açu: estudo da participação em processos de desenvolvimento local sustentável. Núcleo De Estudos Integrados Sobre Agricultura Familiar-UFPA. Belém, 2005.

BARRETO, P; SOUZA Jr., C; ANDERSON, A; SALOMÃO, R; WILES, J. 2005. Pressão humana no bioma Amazônia. O Estado Horizonte, v. 1, n. 4, p. 113-123, 2005. Disponível em <<http://www.conservation.org.br/publicacoes/megadiversidade/16fearnside.pdf>>. Acesso em 26/08/2017.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. Estudos avançados. V.19, n. 53.2005. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em 27 jun. 2016.

CARVALHO, A; NASCIMENTO, E, NAHUM, A, A dendeicultura e a sua expansão no estado do Pará: uma interpretação geográfica do evento. IV congresso Ibero-americano de estudos territoriais e Ambientais. São Paulo, 2014.

COUTO, A ; SOUSA, R; MACEDO, C. A fronteira do dendê na amazônia: o caso do nordeste XXI encontro nacional de reforma agrária, Uberlândia-MG, 2012.

GOMES, Dérick Lima. Expansão territorial do dendê e resistência camponesa no nordeste paraense. Caminhos de geografia - revista online, Uberlândia-MG, 2015.

GONÇALVES, C. Amazonia, Amazonia. 3.ed. Contexto. São Paulo, 2012.

HERRERA, J. A estrangeirização de terras na Amazônia legal brasileira entre os anos 2003 e 2014. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. Edição especial, p. 136-164, jun., 2016.

MARQUES, M. A atualidade do uso do conceito de camponês. Revista NERA Presidente Prudente Ano 11, nº. 12 pp. 57-67 Jan.-jun./2008. Disponível em <http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESA/article/download/456/477.pdf>>. Acesso em: 19/08/2017.

MIRANDA NETO, J. Redes, território e competitividade: configuração das redes técnicas. Dissertação de mestrado. PPGEO. Belém, 2008.

NAHUM, J. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. ACTA Geográfica, Boa Vista, Ed. Esp. Geografia Agrária, 2013.

NAHUM, J. O boom do dendê na microrregião de Tomé-Açu, na Amazônia paraense. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 469-485, abr., 2014 Disponível :<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/issue/archive>. Acesso em 28/09/2017.

OLIVEIRA, A.U. Modo capitalista de produção e agricultura. 4º ed. São Paulo: Ática, 2004.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REPÓRTER BRASIL. Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. 2014.

RODRIGUES, M. Formação territorial e campesinato no nordeste paraense: formação agropecuária do município de Igarapé – AÇU. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina-USP. São Paulo, 2005.

SACK, R. Territorialidade Humana: sua teoria e história. Cambridge University Press. 1986. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/122070781/Sack-Robert-David-Territorialidade-Humana-sua-teoria-e-historia>. Acesso em: 09/08/2016.

SANTOS, F. Cultura, territorialidade e desenvolvimento local: o caso da APA do rio curial no Amapá. Programa de pós-graduação em desenvolvimento sustentável do trópico úmido. Dissertação de mestrado. Belém, 2012.

SANTOS, Milton, 1926-2001. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton

Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro. São Paulo: Record, 2001.

SILVA, E. M; Alves, L. N. A ocupação do espaço pela dendecultura e seus efeitos na produção agrícola familiar na Amazônia Oriental. Revista franco-brasileira, CONFINS. n. 30, 2017. Disponível : <https://confins.revues.org/11843>. Acesso em 01/09/2017.

SOARES, I; MELO, A; CHAVES, A. A agricultura familiar: Uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Condado – PB. INFOTECNARIDO (Mossoró – RN – Brasil) v.3, n.1, p.56-63 janeiro/dezembro de 2009. Disponível em <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/1399-4032-1-PB.pdf>>. Acesso em: 19/08/2017.

SOARES-FILHO, B; NEPSTAD, D; CURRAN, L; CERQUEIRA, G; GARCIA, R; RAMOS, C; LEFEBVRE, P; SCHLESINGER, P; VOLL, E; MCGRATH, D. Cenários de desmatamento para Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 54, p.138 -152, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/07.pdf>>. Acesso em: 19/08/2017.

VIEIRA, T; ROSA, L; VASCONCELOS, P; SANTOS, M; MODESTO, R. Sistemas agroflorestais em áreas de agricultores familiares em Igarapé-Açu, Pará: caracterização florística, implantação e manejo. Acta Amaz. vol.37 no.4. Manaus, 2007. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0044-59672007000400010>. Acesso em 01/09/2017.